

Entidades paulistas discutem articulação

Reportagem Local

A articulação entre todas as entidades da sociedade civil paulista numa coordenação suprapartidária pela Constituinte e o início de uma campanha de debates sobre a nova Constituição foram as principais decisões da primeira reunião sobre este tema, realizada anteontem, às 20 horas, no Instituto Sedes Sapientiae, sob a coordenação do bispo de Bauru, d. Cândido Padim, 70, um dos doze bispos signatários do manifesto pró-Constituinte, com a OAB e o Centro Brasil Democrático. Uma segunda reunião será realizada no próximo dia 28, às 20 horas, no plenário da Câmara Municipal.

Cada entidade presente à reunião de anteontem (entre as quais a OAB/SP, a UNE, o Instituto Brasileiro de Estudos Econômicos e Sociais, do Rio, e a Associação dos Sociólogos do Brasil) comprometeu-se a convocar cinco outras para ampliar o

movimento. Foi também decidida uma articulação permanente com o movimento no Rio de Janeiro e aprovada a tese de que a prioridade, agora, deve ser a definição dos chamados "pré-requisitos para uma Constituinte livre e soberana", entre os quais a remoção de pontos considerados arbitrários nas leis vigentes.

Momento histórico

Na abertura da reunião, d. Cândido Padim afirmou que "o País está vivendo um momento histórico porque, pela primeira vez, todos os segmentos da sociedade terão a oportunidade de discutir o que é uma Constituição e de exigir que ela contemple os interesses majoritários". Ele destacou três aspectos que considera prioritários nesta campanha: "a democratização das informações sobre a história de nossas Constituições e suas características; a discussão sobre a escolha dos constituintes e a definição dos seus direitos e deveres".

O bispo de Bauru (que já enviou sugestões ao presidente eleito Tancredo Neves sobre a Constituinte) defendeu o voto dos analfabetos para essa Assembléia e a inclusão, na nova Carta, de artigo que garanta aos cidadãos o acesso a informações de empresas públicas e privadas sobre a ordem econômica e a organização sindical. Destacou a importância de um amplo debate sobre "a própria estrutura de uma Constituição moderna" e a volta de "um regime federativo pleno, revalorizando os Estados e municípios".

Os aproximadamente oitenta participantes da reunião de anteontem decidiram também encaminhar suas deliberações à OAB, CNBB, ABI e outras entidades expressivas da sociedade civil. E apoiar a seção paulista da OAB no ato público pela democracia que será realizado dia 30, às 19 horas, no Largo São Francisco, quando será acesa uma pira simbólica "pela total redemocratização do País".